

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018



NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
MENDES/RJ

ANEXO VIII

ANEXO VIII

MINUTA

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Nº 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7185/2018

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR DE PASSAGEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE MENDES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, CNPJ (MF) Nº _____, COM SEDE NA AVENIDA JULIO BRAGA, Nº 86, CENTRO, MENDES (RJ), REPRESENTADA PELO PREFEITO MUNICIPAL ROGERIO RIENTE, CPF/MF Nº 633.704.927-68, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE COM RG Nº 04.804.139-6, EXPEDIDA PELO INSTITUTO FÉLIX PACHECO/RJ, E, DE OUTRO LADO, _____, CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO, COM SEDE NA CIDADE DE _____, SEDIADA NA RUA/AVENIDA _____, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO-GERENTE/DIRETOR _____ (QUALIFICAR), RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE _____, NA RUA/AVENIDA _____ NO ESTADO DO _____.

Ao (s) _____ dia (s) do mês de _____ do ano de dois mil e dezenove, o **MUNICÍPIO DE MENDES**, representado por seu Prefeito Municipal, aqui denominado **PODER CONCEDENTE**, e a pessoa jurídica de direito privado _____, a seguir denominada **CONCESSIONÁRIA**, celebram o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL DA DELEGAÇÃO

A CONCESSÃO de que trata o presente contrato tem como fundamento a autorização constante da Lei Municipal nº 1.169/2007, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo promover delegação, mediante concessão, do serviço público para transporte coletivo regular de passageiros.

Gláucia de Souza Oliveira Pereira
Secretária de Transportes

Heitor Faveri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

A regência da contratação, ainda, vincula-se ao art. 30, I, III e V, e art. 175, da CRFB, as Leis Ordinárias nºs 6.938/1981, 8.987/1995, 8.666/1993, 8.078/1990, 9.074/1995, 9.503/1997, 9.605/1998, 10.048/2000, 10.098/2000, 10.741/2003, 13.146/2015, as Leis Complementares nº 123/2006 e 140/2011, bem como ao regramento jurídico municipal, notadamente a Lei Orgânica Municipal, as Leis Ordinárias nºs 1.167/2007, 1.169/2007, 1.183/2007, 1.645/2013, Lei nº 1.663/2013, Lei nº 1.878/2017, Lei nº 1.879/2017, Lei Complementar nº 002/2017 e pelo Decreto nº 076/2009.

PARÁGRAFO ÚNICO. Vincula-se, ainda, a este contrato de concessão, independentemente de transcrição, as regras do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018 e a proposta da CONCESSIONÁRIA – ADJUDICATÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO DA CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 23, I)

Constitui objeto do contrato a concessão de serviço de transporte coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes, através de seleção de pessoa jurídica de direito privado (menor valor de tarifa de serviço público a ser prestado), (art. 15, I, da Lei nº 8.987/95).

CLÁUSULA QUARTA – ÁREA DA CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 23, I)

A abrangência territorial da concessão compreenderá a zona urbana do Município de Mendes, obrigando a CONCESSIONÁRIA a executar o objeto da delegação, operando com exclusividade, nas linhas e itinerários definidos no Edital de Concorrência Pública nº 002/2018, assim como em quaisquer outros não previstos, exigidos pelo crescimento da demanda e por novas necessidades de transporte (Lei nº 8.987/95, art. 23, V).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na forma da Lei Municipal nº 1.169/2007 e da Lei nº 1.879/2017, a concessão objeto deste contrato abrange as seguintes áreas, compreendendo as linhas:

Centro x Ponte Preta (Humberto Antunes)
Centro x Oscar Rudge
Centro x Santa Rosa
Centro x Ventania
Centro x Ponte do Rocha (Cinco Lagos)
Centro x Jabuticabeiras
Centro x Martins Costa (até a localidade Barro Branco)
Centro x Morsing
Centro x Jardim
Centro x Água Fria
Centro x Cruzeiro
Centro x Bela Vista
Centro x Falcão Dias
Centro x Condomínio do Mathias

Gláucia de Souza Oliveira Pereira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

PARÁGRAFO SEGUNDO. A criação, modificação ou exclusão de linhas, itinerários e de horários deverá preceder a justificativa técnica firmada pelo órgão competente do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 23, I)

O prazo do contrato de concessão vigorará por 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, na forma disciplinada pelo art. 155 da Lei Orgânica, com redação conferida pela Emenda nº 025/2015, estando condicionada à adequada prestação dos serviços públicos de transporte coletivo e, ainda, desde que respeitadas exigências legais e cumpridos os pressupostos técnicos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE (art. 23, XII, da Lei nº 8.987/95).

CLÁUSULA SEXTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, II)

A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a prestar serviço adequado aos usuários, assim considerado, nos termos da legislação de concessões (Lei nº 8.987/95, art. 6º), integradas frota operacional, garagem, pessoal e equipe técnica, em modo, forma e condições descritas no Item 4.0 do Edital de Concorrência Pública nº 002/2018, aquele que satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade de tarifas. Esses requisitos constituem os critérios definidores da qualidade dos serviços, sem prejuízo dos parâmetros previstos na Lei Municipal nº 1.169/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, III)

A qualidade dos serviços, durante o exercício da **CONCESSÃO**, será aferida pelo conceito de serviço adequado, definido no art. 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/95 e disposições aplicáveis da Lei Municipal nº 1.169/2007, através das condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade da tarifa.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aferição dos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores de qualidade dos serviços estão consignados no PROJETO BÁSICO (ANEXO II-F) do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018.

CLÁUSULA OITAVA – PREÇO DOS SERVIÇOS, CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O REAJUSTE E REVISÃO DE TARIFAS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, IV)

O valor da **TARIFA ÚNICA** é de R\$ _____, sendo mantido irrevogável pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser revisto, no entanto, a qualquer tempo, para fins de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato (art. 10 da Lei nº 8.987/95), tomando como parâmetro as condições da proposta da **CONCESSIONÁRIA**.


Gláucia de Souza Oliveira Perreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A base de cálculo para revisão ou reajuste de tarifa corresponderá à estrutura composta pelos custos variáveis (combustível, lubrificante, ARLA 32, rodagem, peças, acessórios e custos ambientais) e pelos custos fixos (depreciação, remuneração do capital imobilizado, custos com pessoal e despesas administrativas), agregando-se a estes a remuneração de prestação de serviços e tributos diretos, resultando no custo total.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Dever-se-á observar a formalização da seguinte equação para o cálculo tarifário:

$$\text{TARIFA PÚBLICA} = (\text{CT} - (\text{SB} + \text{RDL})) / \text{PP}$$

ONDE:

CT = custo total

PP = passageiros pagantes

SB = subsídio para custeio de tarifa

RDL = receitas decorrentes da Lei nº 8.987/95, art. 18, VI)

PARÁGRAFO TERCEIRO. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovada a repercussão sobre o custo do serviço, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos.

PARÁGRAFO QUARTO. A remuneração do serviço prestado à CONCESSIONÁRIA será através do pagamento de tarifa pelo passageiro transportado, sendo que a administração financeira será através de caixa privado.

PARÁGRAFO QUINTO. Em face do princípio da modicidade, considera-se justa a remuneração que atende, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

- a) despesas com operação;
- b) quota de depreciação compatível com os prazos e com o regime de depreciação;
- c) remuneração do capital;
- d) encargos financeiros da operadora;
- e) encargos tributários, trabalhistas, administrativos e despesas previstas ou autorizadas.

PARÁGRAFO SEXTO. O valor da tarifa será fixado periodicamente por ato do Poder Executivo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O valor da tarifa poderá ser objeto de equilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da Concessionária.

PARÁGRAFO OITAVO. Constitui o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 10 da Lei nº 8.987/95, as condições objeto da proposta da CONCESSIONÁRIA.

PARÁGRAFO NONO. Respeitado o disposto nos 9º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 8.987/95, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do valor da tarifa, fatos ou causas que sejam:

Gláucia de Souza Silveira Ferreira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

- a) imprevisíveis;
- b) estranhos à vontade do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA;
- c) inevitáveis;
- d) causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Para os fins de equilíbrio econômico-financeiro, no caso de iniciativa da CONCESSIONÁRIA, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO. Previamente à análise do mérito deverá o PODER CONCEDENTE manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15(quinze) dias da data do seu protocolo.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO. Ao PODER CONCEDENTE, havendo análise positiva de admissibilidade, caberá decidir quanto ao mérito no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

(Lei nº 8.987/95, art. 23, V)

Direitos e obrigações básicos do PODER CONCEDENTE são os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do serviço durante a vigência do contrato de concessão, através de reajustes ou revisões periódicas da tarifa, bem como assegurar o regular pagamento decorrente dos encargos financeiros (subsídio tarifário e pagamento dos cartões eletrônicos/ escolares).

Direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro pela execução da prestação de serviço público essencial, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade do serviço e o atendimento ao crescimento da demanda, constituindo a obrigação fundamental a de prestar serviço adequado (art. 6º da Lei nº 8.987/95 e art. 6º da Lei Municipal nº 1.169/2007).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica assegurada à CONCESSIONÁRIA, no curso da CONCESSÃO, a implantação de novos serviços, na área concedida, bem como a alteração ou expansão dos serviços existentes, a fim de garantir a continuidade e a adequação permanente da oferta à demanda do serviço concedido, ficando, em escala gradual, obrigada a atender a essas exigências de adaptação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As alterações ou expansões, com autorização expressa do PODER CONCEDENTE, poderão consistir de novas linhas, prolongamentos de linhas, modificações de itinerários, supressões de trechos, ampliação de horários e/ou frequências, ampliação ou renovação na área de influência da CONCESSIONÁRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As alterações e expansões referidas no parágrafo anterior não se consideram nova CONCESSÃO, por constituírem o conteúdo da CONCESSÃO de zona urbana, tal como dispõe o art. 23, V, da Lei nº 8.987/95.


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, VI)

Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078/90 e no art. 7º da Lei nº 8.987/95 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), bem como do art. 14-A da Lei Municipal nº 1.169/2007, incumbe à **CONCESSIONÁRIA** assegurar os direitos dos usuários, entre os quais os de receber serviço adequado, com pontualidade, segurança, higiene e conforto, do início ao término da viagem. A **CONCESSIONÁRIA** assegurará igualdade de tratamento aos usuários no acesso e utilização do serviço público.

PARÁGRAFO ÚNICO. Como deveres do usuário se incluem o pagamento da tarifa devida, o comportamento civilizado e o zelo pela boa conservação do patrimônio afetado ao serviço público, por ele utilizado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, MÉTODOS E PRÁTICAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, VII)

Ao **PODER CONCEDENTE** é reservado o direito de exercer a mais ampla fiscalização nas instalações físicas e nos equipamentos da **CONCESSIONÁRIA**, com destinação a manutenção dos veículos, contendo setores de elétrica, mecânica, almoxarifado, borracharia, funilaria, pintura, almoxarifado, rampas de inspeção e lavagem, incluindo abastecimento próprio, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO. Incluem-se nas atividades de fiscalização os métodos e práticas da execução dos serviços sempre com vistas à constante melhoria da atividade, cujo encargo competirá à Secretaria de Transportes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS A QUE SE SUJEITA A CONCESSIONÁRIA E FORMA DE APLICAÇÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 23, VIII)

Competirá à SECRETARIA DE TRANSPORTES a fiscalização e a aplicação de penalidades devendo, entretanto, observar a necessidade de prévia notificação e a constituição de duplo grau de julgamento (art. 5º, LIV e LV, da CRFB).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Pelo descumprimento das obrigações estatuídas neste contrato de concessão poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, a critério do **PODER CONCEDENTE** e mediante decisão devidamente fundamentada, a saber:

- a) advertência escrita para as infrações consideradas leves;
- b) multa graduável de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) reais para as infrações consideradas médias;
- c) multa graduável acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para as infrações consideradas graves;


Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes


Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior 02(dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que haver ressarcimento a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção na letra "d".

PARÁGRAFO SEGUNDO. A imposição das sanções de advertência e a de multa será de competência da fiscalização contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A penalidade estabelecida nas letras "b" e "c" poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais.

PARÁGRAFO QUARTO. A aplicação das sanções previstas nas letras "d" e "e" é de competência exclusiva do titular da Secretaria de Transportes, devendo o ato administrativo punitivo submeter-se à consideração do Chefe do Poder Executivo a fim de, mediante fundamentação, vir o ato ser ratificado ou não no prazo de 10 (dez) dias, satisfazendo o princípio da autotutela administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO. O prazo de suspensão será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, tomando como parâmetros os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

PARÁGRAFO SEXTO. As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O valor das penalidades será descontado da garantia da execução contratual oferecida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO OITAVO. Se a garantia for reduzida em função da cobrança de multa, deverá ser complementada até o seu valor total, sujeitando-se a rescisão contratual, caso assim não cumpra a CONCESSIONÁRIA.

PARÁGRAFO NONO. Os valores das multas serão anualmente reajustados tomando como base o IPC-FGV.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A fiscalização designada por comissão (art. 30 da Lei nº 8.987/95 e art. 73 da Lei nº 8.666/93), independentemente do serviço de ouvidoria a ser implantado, anotarà em registros próprios as ocorrências relativas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO. Na forma do art. 30 da Lei nº 8.987/95, a fiscalização do **PODER CONCEDENTE** terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da **CONCESSIONÁRIA**, observada, ainda, a constituição de comissão exigida na parte final do parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987/95.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO. A **CONCESSIONÁRIA** executará fielmente o objeto da presente licitação, em estrita obediência a este contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO. Contra as decisões de que resulte a aplicação de sanções, a **CONCESSIONÁRIA** poderá sempre, sem efeito suspensivo, interpor os recursos cabíveis, na forma e nos prazos previstos na Lei nº 8666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUINTO. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** à multa de mora de 0,05% (cinco centésimos por cento), por dia de inadimplemento contratual, limitada a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral pelo **PODER CONCEDENTE** e da aplicação de outras sanções previstas neste contrato e na legislação aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEXTO. Além das multas eventualmente aplicadas à **CONCESSIONÁRIA** inadimplente pelo **PODER CONCEDENTE**, na respectiva ficha cadastral, serão anotadas todas as irregularidades, inclusive o descumprimento das seguintes obrigações:

- (I) padrões de adequação dos serviços definidos no edital de licitação;
- (II) regras exigidas para a manutenção das instalações físicas e equipamentos, bem como as condições de trafegabilidade com número de veículos e pessoal exigido à prestação dos serviços concedidos;
- (III) atender às reclamações dos munícipes, inclusive pelo serviço de ouvidoria;
- (IV) acatar as determinações da fiscalização;
- (V) observar as normas de segurança impostas pela legislação trabalhista.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SÉTIMO. As infrações às disposições, leis, regulamentos e deste contrato sujeitarão o infrator, conforme a natureza da falta, às penalidades previstas nesta cláusula que poderão variar de simples advertência, multa e até intervenção nos casos de reiterados descumprimentos contratuais de natureza grave.

PARÁGRAFO DÉCIMO-OITAVO. A cassação da **CONCESSÃO**, por sua vez, dependerá de prévio processo administrativo, em que se assegurará a **CONCESSIONÁRIA** o mais amplo direito de defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO-NONO. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições contidas nos artigos 81 a 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, art. 23, IX)

INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NA CONCESSÃO (Lei nº 8.987/95, art. 32 a 34)

Extingue-se o **CONTRATO DE CONCESSÃO** por:

Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

- a) advento do termo contratual, se não houver prorrogação;
- b) encampação;
- c) caducidade;
- d) rescisão;
- e) anulação;
- f) falência ou extinção da pessoa jurídica de direito privado **CONCESSIONÁRIA**;
- g) deixar de manter sua situação de regularidade fiscal e trabalhista (art. 29 da Lei nº 8.666/93).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A extinção da concessão será precedida, conforme o caso, de prévio processo administrativo, em que será assegurado o princípio da ampla defesa da **CONCESSIONÁRIA**, com todos os meios e recursos admitidos pela legislação, observadas as condições e procedimentos definidos nos artigos 27, 35 a 39, todos da Lei nº 8.987/95.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ao **PODER CONCEDENTE** é assegurado intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como para o fiel cumprimento das normas regulamentares e legais, cujo processamento seguirá o rito definido pelos artigos 32 a 34 da Lei nº 8.987/95 e nos artigos 10 a 12 da Lei Municipal nº 1.169/2007.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Na hipótese da extinção da concessão motivada por ação da **CONCESSIONÁRIA**, além das sanções cabíveis, ficará sujeita a multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do tempo remanescente do contrato de concessão, sem prejuízo, ainda, das perdas e danos que forem apurados, cuja cobrança se fará judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – BENS REVERSÍVEIS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, X e art. 35 e 36)

Para o início da vigência do **CONTRATO DE CONCESSÃO** não há bens reversíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Considerando o fluxo de caixa estabelecendo a substituição de veículos ao longo da vigência do contrato de concessão (**ANEXO II-E do Edital de Concorrência Pública nº 001/2018**), admitir-se-á a existência de bens reversíveis gratuitos e bens reversíveis onerosos.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Bens reversíveis gratuitos serão concebidos quando a arrecadação da receita tarifária seja suficiente para o futuro ressarcimento da **CONCESSIONÁRIA** pelos investimentos realizados em bens, de modo que ao fim do contrato haverá a reversão para o domínio do **PODER CONCEDENTE** sem qualquer espécie de ônus ou indenização.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Bens reversíveis onerosos serão concebidos quando ao final **CONCESSÃO** exija que o **PODER CONCEDENTE** indenize a **CONCESSIONÁRIA** pelos bens reversíveis adquiridos por seu capital exclusivo, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido (art. 36 da Lei nº 8.987/95).

PARÁGRAFO QUARTO. São considerados bens reversíveis o sistema de bilhetagem eletrônica e os veículos/ônibus que constituem a frota de operação do sistema de transporte coletivo, ambos vinculados ao contrato de concessão.

PARÁGRAFO QUINTO. No prazo de 08 (oito) meses anteriores a extinção da concessão, caberá ao **PODER CONCEDENTE** a elaboração de relatório provisório de reversão, no qual retratará a situação dos **BENS REVERSÍVEIS** e determinará a sua aceitação ou a sua substituição, antes da extinção da concessão, contendo: a) fixação dos prazos em que as eventuais substituições serão efetivadas, devidamente justificadas, especialmente quanto a sua conveniência, necessidade e economicidade; b) quando for o caso, identificará as eventuais indenizações devidas à **CONCESSIONÁRIA** por ocasião da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO.

PARÁGRAFO SEXTO. Extinta a concessão, verificado o integral cumprimento das determinações do relatório provisório de reversão, o **PODER CONCEDENTE** elaborará o relatório definitivo de reversão, com o objetivo de liberar a **CONCESSIONÁRIA** de todas as obrigações inerentes a reversão de bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Enquanto não expedido o relatório definitivo de reversão, não será liberada a GARANTIA de EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 56 da Lei nº 8.666/93).

PARÁGRAFO OITAVO. Extinta a concessão, retornam ao **PODER CONCEDENTE** todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à **CONCESSIONÁRIA**.

PARÁGRAFO NONO. A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo **PODER CONCEDENTE**, de todos os bens reversíveis vinculados à concessão.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Nos casos de extinção da concessão por advento do termo contratual ou por encampação, o **PODER CONCEDENTE**, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinações dos montantes de indenização que será devida à **CONCESSIONÁRIA**, observado as regras do art. 36 e 37 da Lei nº 8.987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – INDENIZAÇÕES DEVIDAS À CONCESSIONÁRIA

(Lei nº 8.987/95, arts. 23, XI, 36 e 37)

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo **PODER CONCEDENTE** durante o prazo da CONCESSÃO, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

(Lei nº 8.987/95, arts. 23, XII)

O prazo inicial da concessão será de 10 (dez) anos, na forma do art. 155 da Lei Orgânica do Município de Mendes, com redação conferida pela Emenda nº 025/2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A prorrogação, por igual período do prazo inicial, condiciona-se à adequada prestação dos serviços públicos de transporte coletivo e, ainda, desde que respeitadas exigências legais e cumpridos os pressupostos técnicos estabelecidos pelo **PODER CONCEDENTE** (art. 23, XII, da Lei nº 8.987/95).

Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes

Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E PUBLICIDADE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Lei nº 8.987/95, art. 23, XIII e XIV)

A **CONCESSIONÁRIA** manterá atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, elaborando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, de acordo com o plano de contas, modelos e padrões determinados pelo **PODER CONCEDENTE**, de modo a possibilitar a fiscalização pública, em especial o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

PARÁGRAFO ÚNICO. A **CONCESSIONÁRIA** fará publicar trimestralmente as demonstrações financeiras decorrentes da prestação do serviço objeto de concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – VEDAÇÃO A SUBCONCESSÃO

É inadmitida a subconcessão do objeto que especifica o EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

(Lei nº 8.987/95, art. 18, III)

Incumbe ao **PODER CONCEDENTE**:

- a) regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a prestação do serviço delegado, assim compreendida a fiscalização quanto ao cumprimento de horários, itinerários, instalações, equipamentos, métodos e práticas da execução dos serviços;
- b) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- c) promover as pesquisas de desempenho e qualidade de operação;
- d) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstas em lei;
- e) homologar reajustes e proceder à revisão da tarifa na forma da lei, das normas pertinentes e do contrato;
- f) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço concedido e as cláusulas contratuais da concessão, especialmente no tocante à regularidade quanto ao pagamento de subsídio financeiro para custeio do serviço público e dos créditos relativos aos cartões - bilhetes escolares;
- g) zelar pela boa qualidade do serviço e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- h) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço;
- i) estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço concedido;
- j) adotar medidas imediatas para a prioridade de trânsito, nas vias públicas, ao transporte concedido; e
- k) aprovar o plano de confecção, fornecimento, controle e expedição de cartões/bilhetes eletrônicos e passe livre no tocante às gratuidades nas passagens, na forma da lei e regulamentos aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

(Lei nº 8.987/95, art. 18, III)

Incumbe à **CONCESSIONÁRIA**:

- a) fixar domicílio tributário para fins de recolhimento no Município de Mendes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- b) *promover as pesquisas de desempenho e satisfação da operação, a cada semestre;*
- c) arcar com os custos de instalação do sistema de bilhetagem eletrônica, bem como a sua manutenção durante todo o período de vigência da concessão;
- d) apresentar o projeto de sistema de gerenciamento eletrônico da operação;
- e) prestar serviço adequado, na forma da Lei nº 8.987/95 e na Lei nº 1.169/2007, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato de concessão;
- f) manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço concedido e as cláusulas do contrato de concessão;
- h) permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- i) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;
- j) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço, cumprindo as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa;
- k) prestar todas as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE ou pelos usuários;
- l) operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE;
- m) utilizar somente veículos/ônibus que preenchem os requisitos de operação, conforme definido no edital e em regras fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- n) promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações da garagem, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente;
- o) adequar a frota às necessidades do serviço, obedecidas as normas fixados pelo PODER CONCEDENTE;
- p) *facilitar a fiscalização do PODER CONCEDENTE relativa a frota operacional e instalações de manutenção;*
- q) responder às reclamações de usuários, dando solução às queixas formuladas quando de sua alçada;
- r) observar horários, frequências e itinerários;
- s) assegurar o direito de informação dos usuários sobre os serviços;
- t) garantir as gratuidades na forma da legislação municipal, e outras que o PODER CONCEDENTE venha a instituir, observadas a fonte de custeio;
- u) operar com prepostos devidamente uniformizados e com identificação;
- v) manter durante todo o período de vigência da concessão as condições exigidas no edital de licitação, tais como: regularidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, econômico-financeira e ao cumprimento ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

- w) manter na parte externa dos veículos a serem colocados no objeto da concessão a indicação de telefone público com a finalidade de receber denúncias dos usuários decorrentes de infringência de normas legais e contratuais;
- x) responsabilizar-se civilmente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (CRFB, art. 37, § 6º, artigos 6º e 25 da Lei nº 8.987/95);
- y) dar tratamento prioritário aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, na forma das Leis nºs 10.048/2000, 10.098/00 e 10.741/2003;
- z) divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários o valor da tarifa praticada e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos, incluindo os horários, frequências e itinerários das linhas municipais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação com base no prazo inicial de vigência da concessão e na estimativa média anual de passageiros transportados é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA TARIFA

O pagamento à CONCESSIONÁRIA será mediante a cobrança de tarifa aos usuários, observando os critérios definidos na Lei Municipal nº 1.169/2007, Lei Federal nº 8.987/95, Lei Federal nº 8.666/93, bem como as disposições constantes neste contrato de concessão.

PARÁGRAFO ÚNICO. Será permitida à **CONCESSIONÁRIA** explorar outras fontes de receitas, além daquela decorrente da arrecadação da tarifa diretamente paga pelos usuários do serviço de transporte coletivo de passageiros, estando condicionada à prévia autorização do **PODER CONCEDENTE** a fim de permitir a redução do custo imediato da tarifa e prestigiar o princípio da modicidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA – DO CONTROLE E DA PUBLICIDADE

Ao **PODER CONCEDENTE** caberá providenciar a publicação do presente contrato na imprensa oficial, em forma de extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ao **PODER CONCEDENTE**, nos prazos legais, incumbirá adotar as providências de submissão deste contrato aos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A celebração do presente contrato está de conformidade com as exigências constantes do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00.



Gláucia de Souza Oliveira Ferreira
Secretária de Transportes



Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos resultantes da execução contratual ou da interpretação de cláusulas e condições contratuais que não sejam dirimidos à luz das Leis nºs 8.987/95 e 8.666/93 serão solucionados e regidos supletivamente por princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA – DO FORO

(Lei nº 8.987/95, art. 23, XV)

Fica eleito e convencionado o Foro da Comarca de Mendes - RJ para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste Contrato de Concessão, porventura não dirimidos administrativamente, com a expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja para esse fim.

E, por assim terem ajustado e eu _____, servidor público municipal, matrícula nº _____, lavrei o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo arroladas.

Mendes (RJ), _____ de _____ de 2019.

ROGERIO RIENTE

MUNICÍPIO DE MENDES – PODER CONCEDENTE

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

CONCESSIONÁRIA

Rol de Testemunhas

NOME _____;
CPF (MF): _____

NOME: _____
CPF (MF): _____



Gláucia de Souza Oliveira Perreira
Secretária de Transportes



Heitor Favieri Neto
Procurador Geral - OAB/RJ nº 139.088